

0979/79

«RECORTE»
do 2571
boa Codex
54 4801

DIARIO POPULAR Lisboa	13 DEZ 1979
TRIBUNA (A) Lisboa	
TV. GUIA Lisboa	
JORNAL de CACA e PESCA	

Política Educativa - Cursos/
licenciaturas

A RECONVERSÃO ²⁰¹ DAS ESCOLAS SUPERIORES

Sr. Director — Em Maio de 1976 foi instituída, através do Decreto-Lei 327/76, a licenciatura em Engenharia e Contabilidade, pela reconversão, em escolas superiores, dos Institutos Industriais e Comerciais. Fazia-se, assim, justiça social, eliminando-se o ensino de «2.ª classe» que o fascismo com tanto praxer manteve para satisfação das mais ignóbeis finalidades.

Passados que foram os primeiros quatro anos da Revolução de Abril, regulada por uma Constituição, infelizmente atropelada das mais diversas formas e feitios, permito-me pôr as seguintes questões:

Como é possível que o referido decreto-lei tenha sido considerado «tábua-rasa» para os sucessivos ministros da Educação e Cultura, não se encontrando, nesta data, integralmente cumprido? Por que razão se pretende reconverter aquelas escolas superiores, com um passado digno e prestigioso, mais que provado, no famigerado Ensino Superior de Curta Duração? Como é possível que se criem dois tipos de ensino paralelo, em que, à face da actual Constituição, passem a existir em Portugal dois tipos de estudantes: os «senhores», que vão para a Universidade, e os «outros», para uma coisa a que o M. E. I. C. chama de Politécnico? Como é possível

que os actuais bacharéis, em fase de extinção, saídos daqueles Institutos, estejam sujeitos ao «numerus clausus», em regime de supranumerários ao mesmo nível de pessoas já licenciadas (o único campo em que essa igualdade se verifica) numa injustiça que nem no tempo do fascismo existia (entrava-se, automaticamente, quer no Instituto Superior Técnico quer em Económicas)? Como é possível que os sucessivos Ministérios da Educação e Cultura não respeitem a vontade dos deputados, eleitos pelo povo, cuja unanimidade é comum a todos eles (vide «Diário da Assembleia da República» de 16 de Dezembro de 1977), isto é, a criação daquelas licenciaturas? Afinal, onde está a justiça social? Deverá admitir-se que, em Portugal, após a Revolução, haja duas espécies de portugueses? — Joaquim de Sousa Marcão
— Lisboa.

UNIVERSIDADE
VORA